

Governo dos Açores quer implementar semana de 4 dias de trabalho e reduzir cargos políticos

O Governo Regional dos Açores, que tomou posse na Segunda-feira, quer reduzir os cargos políticos e de nomeação na administração pública e implementar um projecto-piloto para a semana de quatro dias de trabalho

Uma das propostas do Programa do Governo, entregue na Quinta-feira na Assembleia Legislativa, é um “projecto-piloto para a semana de quatro dias/teletreabalho (extensível igualmente ao sector privado), sempre em comum acordo com o trabalhador e com o empregador, para melhor conciliar a sua vida profissional com a vida pessoal e familiar”.

O executivo açoriano compromete-se ainda a “reduzir o número de cargos políticos e de nomeação” e a “reduzir, em 2,5% ao ano, os custos de funcionamento com consumíveis, descartáveis, electricidade, água, entre outras despesas dos serviços públicos”.

“A Administração pública deve ser comedida nos gastos e centrada na prestação de serviços aos cidadãos, de acordo com elevados níveis de qualidade”, lê-se no documento.

Mantém reivindicações dos funcionários públicos

O Programa do Governo mantém reivindicações dos funcionários públicos, que constavam do Orçamento da região para 2024, chumbado em novembro, como “a redução de 10 para seis do número de pontos necessários para a progressão nas carreiras e o fim das quotas na avaliação” ou o alargamento da remuneração complementar para salários até 1.750 euros.

Endividamento apenas quando necessário

Tal como tinha anunciado na entrega do documento, o executivo pretende “continuar o controlo e redução da dívida pública regional por referência ao PIB [Produto Interno Bruto]” e recorrer ao endividamento apenas “quando absolutamente necessário para o aproveitamento integral dos fundos comunitários”.

“Não pretendemos deixar estes encargos nos orçamentos regionais da atual e das futuras gerações açorianas. Para isso é fundamental não gastar mais do que se tem e estabelecer prioridades, de modo a não atrasar pagamentos”, lê-se no documento.

Cumprir privatização da Azores Airlines

O executivo liderado por José Manuel Bolieiro frisa que o sector público empresarial regional, reestruturado no último mandato, “não pode ser o veículo da dívida do Governo Regional, colocando em causa, de forma perigosa, o equilíbrio das finanças públicas açorianas”.

Vinca ainda a intenção de “cumprimento da obrigação imposta pela Comissão Europeia de privatização da Azores Airlines até 2025”.

O Executivo compromete-se a implementar o Acordo de Parceria assinado no anterior mandato com UGT,



Federação Agrícola e Câmara de Comércio e Indústria dos Açores, a “manter ou aumentar o nível de execução dos fundos europeus”, a “agilizar a implementação do sistema de incentivos” e a “manter e melhorar a execução do PRR [Plano de Recuperação e Resiliência]”.

Valorizar as pessoas

A valorização das pessoas é, também, o “objetivo central” do Programa do XIV Governo dos Açores, com o executivo liderado por José Manuel Bolieiro a pretender “construir um futuro promissor”, baseado em princípios de transparência e proximidade.

Segundo o Programa do Governo, o executivo está comprometido “com um caminho de continuidade e progresso”.

“Este governo assume o compromisso firme de construir um futuro promissor, baseado em princípios de transparência, proximidade, valorização de cada uma das nove ilhas e do conjunto dos açorianos”, refere o Programa de Governo.

Segundo o documento, a transparência “continuará a ser uma pedra angular da governação, assegurando que todas as decisões sejam tomadas de forma objetiva, isenta e equidistante de interesses, garantindo a confiança dos cidadãos nas políticas e na gestão dos recursos públicos”.

“A valorização das pessoas continuará a ser um objetivo central, com políticas que promovam a igualdade de oportunidades, o acesso à educação e formação de qualidade, e o apoio às famílias e grupos mais vulneráveis da sociedade”, lê-se.

O executivo pretende atingir esse objetivo “através de medidas de apoio social que garantam que todas as pessoas tenham as condições necessárias para prosperar e alcançar o seu pleno potencial”.

O XIV Governo dos Açores garante que está comprometido “com um caminho de continuidade e progresso, que promova o bem-estar e o desenvolvimento sustentável da região”, com uma visão “orientada para o futuro e uma abordagem centrada nas necessidades da população”.

O novo executivo PSD/CDS-PP/PPM tenciona “continuar o percurso de respeito e consideração por todos os açorianos, especialmente pelos que mais necessitam, os mais desprotegidos e vulneráveis”.

Revisão da Constituição Autónoma

Durante a nova legislatura, os Açores

celebrarão 50 anos de autonomia democrática e constitucional e a data deverá ser celebrada com um programa próprio, adianta.

Ainda no âmbito da autonomia, considera que a próxima revisão constitucional “deve contemplar uma revisão da designada ‘Constituição autónoma’”.

“Os Açores exigem que o Estado cumpra integralmente as suas obrigações para com os açorianos e a Região Autónoma dos Açores”, e, caso não as queira assumir, a região “está disponível para as assegurar, mediante transferência, que deve ser acompanhada da alocação dos recursos financeiros necessários para a sua execução”.

Para o executivo, a sustentabilidade “tem de continuar a ser um princípio norteador da ação do XIV Governo dos Açores, na senda do que foi desenvolvido pelo XIII Governo”, ao nível das finanças, nas políticas públicas, económicas, sociais e ambientais.

Açores: hub Atlântico do Espaço

No documento assume-se que o desenvolvimento do setor espacial é um objetivo do Governo “para promover a inovação, atrair e fixar empresas e recursos humanos qualificados, que possam alavancar o potencial da região”.

Tornar os Açores num ‘hub’ Atlântico para o Espaço, com o desenvolvimento do “Ecossistema Espacial de Santa Maria” e dos equipamentos existentes nas Flores, é outro dos objetivos.

O executivo também considera que é preciso afirmar, “cada vez mais, a região na Europa e no mundo” e, em particular no espaço Atlântico.

2 mil habitações a preços acessíveis

O Governo dos Açores quer que sejam disponibilizadas no mercado, nos próximos dez anos, um total de 2.000 habitações a preços acessíveis, contando com o envolvimento dos municípios, segundo o programa do executivo entregue na quinta-feira.

“Na década que agora se inicia, o objetivo é de colocar no mercado 2.000 habitações a preços acessíveis, compreendendo novas construções, reabilitações, cedência de lotes infraestruturados, apoio às cooperativas de habitação, e contando com a iniciativa dos municípios em parceria com o Governo Regional”, lê-se no programa do XIV Governo.

O executivo propõe-se definir um novo quadro legal de promoção de habitação na região, que permita novas políticas para a contratualização da construção de novas habitações a preços acessíveis com empresas privadas, mas também por via do estímulo às cooperativas de habitação e celebração de acordos de cooperação com os municípios para a construção de habitação.

No que concerne à habitação social, “é fundamental que se verifique o aumento de investimento e que se definam novas formas de gestão que assegurem uma manutenção eficaz do parque edificado”, preconiza o executivo açoriano liderado por José Manuel Bolieiro.

O Governo Regional propõe também a alteração do regime jurídico dos Contratos de Desenvolvimento de Habitação (CDH) para que as empresas privadas possam celebrar contratos para a construção de habitações a preços acessíveis ao abrigo deste regime com a Administração Regional Autónoma e não com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana.

O executivo açoriano assegura que vai continuar a executar o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) na área da habitação (301 construções e 527 reabilitações).

O documento projeta a cedência de 145 lotes infraestruturados para promoção da habitação acessível através de um novo regime de autoconstrução.

Apoio ao crédito à habitação

O Governo Regional de coligação vai dar continuidade à medida “Credithab”, que apoia o crédito à habitação, na sequência do aumento das taxas de juro, e que conta já “com cerca de 600 candidaturas aprovadas”.

Gestor de ofertas de emprego

Na área do emprego, o Governo dos Açores pretende criar a figura do gestor de ofertas de emprego, tendo em vista “o alinhamento” entre as ofertas de trabalho e o perfil dos desempregados.

O executivo açoriano quer ainda reforçar a empregabilidade dos desempregados de longa duração, em particular dos jovens e adultos, através da aquisição de competências em contexto real de trabalho e da reconversão profissional para setores com necessidades de recrutamento.

O XIV Governo dos Açores defende também o envolvimento dos empresários e trabalhadores na política de formação e “emprego eficaz”, alegando que “o Estado não poder ser o único protagonista”.

Intensificar as majorações nas medidas de apoio à contratação de jovens e adultos e estimular, em conjunto com os parceiros sociais, a atualização da contratação coletiva regional negociada, “adaptada às especificidades setoriais e ajustada à realidade das empresas na região” e à “especificidade ultraperiférica” dos Açores, são outras das metas assinaladas no programa de Governo.

Por outro lado, o executivo compromete-se a reforçar as medidas de apoio à integração no mercado de trabalho de trabalhadores com deficiência ou incapacidade, distinguindo as entidades empregadoras com boas práticas em termos de responsabilidade social.

Ainda na área do emprego, o Governo dos Açores assegura que vai continuar a apoiar “a contratação estável e a melhoria dos rendimentos dos trabalhadores açorianos”, através da concessão de incentivos à criação de novos postos de trabalho, por via da celebração de contrato de trabalho sem termo e a tempo completo, e apostar na inspeção para combate à precariedade laboral ilícita.

(continua na página seguinte)